

20 *Anos de SINDEEPRES* *Anos de Terceirização no Brasil*

*Seminário 20 Anos de
Terceirização no Brasil*



SINDEEPRES:

As Relações do Trabalho Terceirizado

Marcio Pochmann

Relações do trabalho terceirizado

Marcio Pochmann¹

Na passagem para o século 21, as atividades empresariais no conjunto das economias capitalistas sofreram modificações extremamente profundas. Por um lado, a ascensão japonesa por meio da organização da produção e trabalho em novas bases, representada pela reinvenção da competitividade toyotista e da empresa enxuta, colocaram à margem os custos de estocagem estabelecidos pela antiga modalidade fordista estadunidense. A grande empresa reestruturou o conjunto de seus fornecedores para operar articulada e flexivelmente com o ritmo de produção e as necessidades de externalização de partes do processo de produção e distribuição de bens e serviços.

Por outro lado, o avanço na onda de inovação técnica permitiu que as tecnologias de informação e comunicação (TIC's) alargassem ainda mais o enraizamento da produção global por meio de empresas operando sistematicamente em rede. Isto é, um conjunto de empresas filiadas que se articulam em termos mundiais às decisões de produção determinadas pela centralização da empresa matriz. Nesse sentido, uma mercadoria global passou a ser produzida com partes padronizadas advindas de diferentes países e regiões do mundo.

O objetivo da redução dos custos de produção esteve sempre orientado fundamentalmente pela ampliação dos ganhos de produtividade motivados pela onda de inovação tecnológica e organizacional da empresa. A flexibilidade para contratar tornou-se o imperativo da concentração de resultados e de socialização dos prejuízos impulsionados pela reestruturação empresarial.

¹ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos pertencentes à Universidade Estadual de Campinas.

No Brasil, a onda empresarial reestruturante, ainda que iniciada na década de 1980, terminou sendo postergada, quando não desviada de suas finalidades originais e comparáveis à realidade dos países desenvolvidos. Assim, a terceirização se transformou no fenômeno que ganhou maior evidência, sobretudo a partir dos anos 1990, com os movimentos de abertura comercial e desregulação dos contratos de trabalho.

Também a estabilidade monetária alcançada a partir de 1994 expressou a prevalência por um ambiente competitivo não isonômico às empresas e trabalhadores brasileiros. Diante da predominância do baixo dinamismo econômico, forçada por taxa de câmbio valorizada e altos juros, os trabalhadores terminaram sendo os mais fortemente atingidos, com desemprego crescente e ofertas precárias de trabalho.

Atualmente, o trabalho terceirizado perde importância relativa em relação ao total do emprego formal gerado no Brasil, embora seja crescente a sua expansão absoluta em termos de empregos formais gerados. Por serem postos de trabalho de menor remuneração e maior descontinuidade contratual, os empregos terceirizados atendem fundamentalmente à mão de obra de salário de base.

Dessa forma, as ocupações criadas em torno do processo de terceirização do trabalho tendem a se concentrar na base da pirâmide social brasileira. O uso da terceirização da mão de obra tem se expandido fundamentalmente pelo setor de serviços, embora esteja presente em todos os ramos do setor produtivo.

No estado de São Paulo, por exemplo, 49,5% do total das empresas de terceirização encontram-se situadas no setor de Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas. Em seguida, destacam-se as empresas de terceirização relacionadas a outros setores, sendo importante mencionar o de Limpeza e Conservação (7,4%) e Administração e Locação de Imóveis (6,1%). As empresas de terceirização de mão de

obra associados aos Serviços Auxiliares de Atividades Econômicas representavam, em 1985, 33,1% do total das firmas em operação no estado de São Paulo.

Em geral, observa-se a existência de quatro modalidades empresariais distintas de terceirizada da mão de obra. A primeira, observada ainda durante a década de 1980, se expressou no movimento de focalização empresarial das atividades especializadas. Em geral, tratou-se da terceirização da mão de obra correspondente à externalização de partes das atividades que anteriormente eram realizadas internamente, sobretudo nas grandes empresas privadas estrangeiras.

Com a incorporação de novos métodos de organização da produção e gestão da força de trabalho adotados originalmente nas economias desenvolvidas, houve expansão rápida da taxa de terceirização ocupacional. Entre 1985 e 1990, por exemplo, a taxa de terceirização do emprego formal no estado de São Paulo passou de 11,7% para 58,2% do saldo líquido das ocupações geradas a cada ano.

Com a recessão econômica no início dos anos 1990, concomitante com os fracassos dos planos de estabilização monetária e abertura comercial, a dinâmica da terceirização da mão de obra como mecanismo de modernização das grandes empresas perdeu sentido. O corte generalizado do emprego num contexto de altas taxas de inflação permitiu ao setor patronal encontrar ajustes de custos alternativos à terceirização de mão de obra. Entre 1990 e 1995, por exemplo, a taxa de terceirização no estado de São Paulo decresce de 58,2% para 8,9% do saldo total líquido de postos de trabalho formais abertos.

Ademais da estabilização monetária, a partir do Plano Real, com impacto inegável na redefinição da estrutura de preços e competição no interior do setor produtivo, teve importância o Enunciado 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que

definiu os setores cabíveis da terceirização da mão de obra, e concedeu segurança jurídica às empresas.

Em virtude disso, a trajetória da contratação de empregados formais entrou na sua terceira dinâmica. Por consequência, a taxa de terceirização registrou elevação inédita, passando de 8,9% 97,6% do saldo líquido dos empregos gerados no estado de São Paulo entre 1995 e 2002.

Dessa forma, o movimento de terceirização da mão de obra que até então se encontrava relacionado ao interesse das grandes corporações transnacionais passou a ser difundido ao conjunto das empresas em operação no Brasil. Pelas condições da estabilidade monetária, alcançada com altas taxas de juros reais e valorização do real, as condições de competição interempresarial tornaram-se mais acirradas. A redução do custo do emprego da força de trabalho estimulou o crescimento da terceirização, inclusive no aparecimento de empresas sem empregados.

A quarta dinâmica na trajetória da contratação de empregos formais ganhou importância desde o início da década de 2000, com a queda na taxa de terceirização. Entre 2000 e 2010 a taxa de terceirização passou de 97,6% para 13,6% do saldo líquido de empregos formais constituído no estado de São Paulo.

Diante destas distintas modalidades empresariais de terceirização de mão de obra, destacam-se alguns dos principais impactos gerados no emprego da mão de obra. Inicialmente, a presença de forte rotatividade no emprego da mão de obra, cuja taxa chega a ser duas vezes maior à praticada ao trabalhador não terceirizado. Na sequência, o pagamento de remuneração ao trabalhador terceirizado que representa, em média, a metade do equivalente pago à mesma função exercida por trabalhador não terceirizado.

Nesse sentido, constata-se também que parcela importante de contribuição ao crescimento do universo de empresas de terceirização se deveu ao aparecimento das firmas sem empregados. Concomitante, assistiu-se à elevação da participação relativa dos trabalhadores com maior escolaridade e redução do peso feminino do total da ocupação terceirizada.

Por fim, a distinção entre terceirização da mão de obra entre setores privado e público. Este contrata, em geral, serviços de terceirização cujo valor supera em muito o pagamento do servidor ativo, embora o empregado terceirizado receba 1/3, quando muito, na mesma função anteriormente exercida por funcionário não terceirizado. Muitas vezes, a terceirização no setor público termina por responder a regra geral de empregos estáveis ao conjunto dos servidores, especialmente nos postos mais simples da administração.

Frente ao quadro geral de mudança na dinâmica de contratação das empresas, cabe indagar a respeito do papel dos sindicatos em relação ao processo de terceirização de mão de obra. Para isso, divide-se o presente trabalho em duas partes.

A primeira trata do contexto geral das relações de trabalho, buscando destacar as principais características no Brasil e em alguns países selecionados. Na segunda parte apresenta-se análise da situação das relações de trabalho na terceirização, com enfoque especial na atuação sindical.

Destaca-se ainda que as informações utilizadas foram sistematizadas a partir de fontes oficiais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e SINDEEPRES - Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a

Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo..

1. Panorama recente das relações de trabalho

A passagem para o século 21 foi acompanhada da consolidação de um mundo do trabalho cada vez mais distinto daquele constituído desde o final da Segunda Guerra Mundial. O cenário de forte expansão econômica entre as décadas de 1950 e 1970 se traduziu na elevação do nível de emprego, com quase pleno emprego da mão de obra, seguido do aumento da participação dos salários na renda nacional, especialmente nos países desenvolvidos.

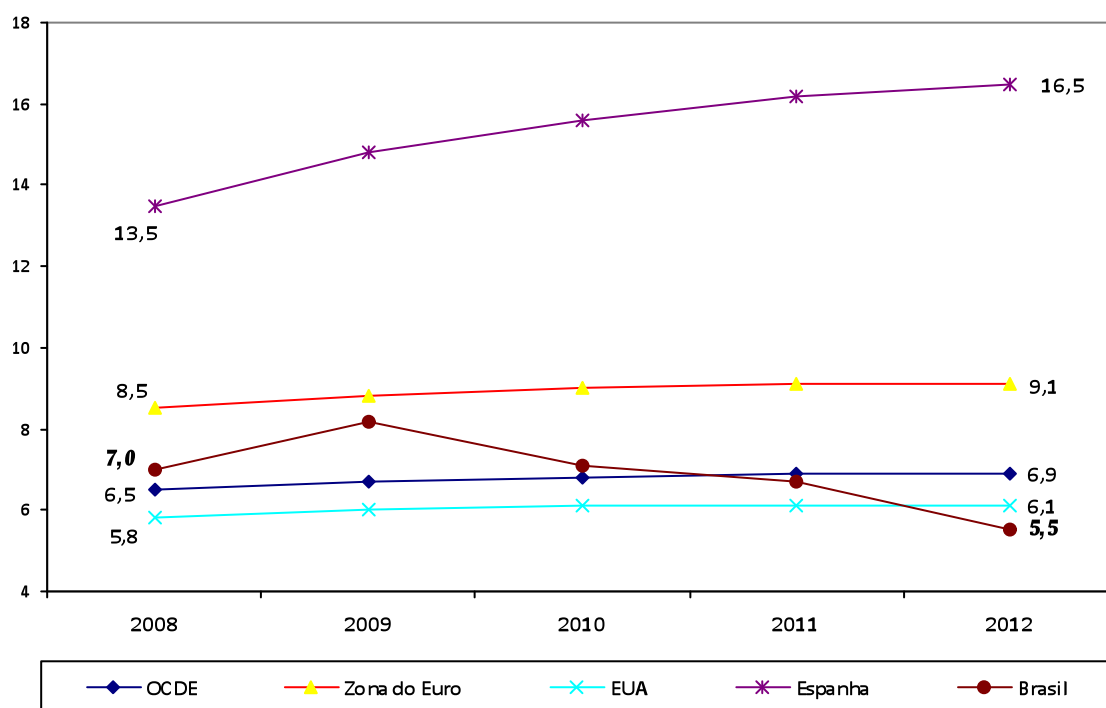
Mesmo nos países não desenvolvidos o crescimento econômico verificado gerou emprego em profusão, embora nem sempre acompanhado da elevação da participação dos salários na renda nacional. Mas de maneira geral, o ambiente das relações de trabalho convergia para um mundo em que o setor industrial comandava o avanço das economias e sociedades.

Desde o final da década de 1970, o fortalecimento do movimento de deslocamento do setor de manufaturas para a Ásia terminou por contribuir, conjuntamente com a difusão das políticas neoliberais, na trajetória de desindustrialização dos países desenvolvidos. Apesar do avanço do setor terciário nas economias avançadas, cada vez mais associadas ao predomínio do trabalho imaterial, a taxa de desemprego subiu de patamar.

A crise global do capitalismo desde 2008 terminou por manter o desemprego ainda mais forte. Nos países da OCDE, por exemplo, a taxa de desemprego

aberto subiu de 8,5% para 9,1% entre 2008 e 2012, enquanto na Espanha passou de 13,5% para 16,5%.

Gráfico 1
Evolução da taxa de desemprego aberto em países selecionados (em %)



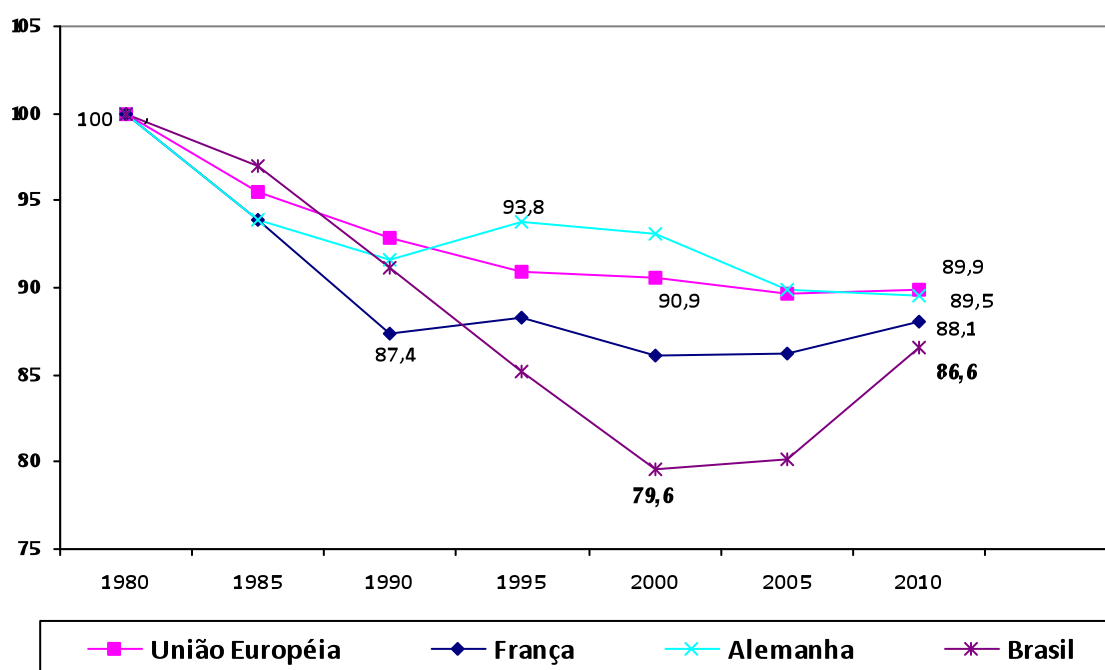
Fonte: OECD e FIBGE (Elaboração própria)

Em comparação aos países selecionados, o Brasil registrou trajetória inversa, com queda na taxa nacional de desemprego. No mesmo período de tempo, a taxa de desemprego caiu de 7% para 5,5%.

As se considerar a evolução da participação dos salários na renda nacional em países selecionados desde as duas últimas décadas do século 20, percebe-se que a trajetória foi de queda importante. Entre 1980 e 2010, por exemplo, o peso dos salários na renda nacional nos países da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), caiu 10,1%.

Na Alemanha e na França, a queda na participação dos salários na renda nacional foi de 10,5% e 11,9% no mesmo período de tempo. No Brasil, a queda foi ainda mais acentuada, alcançando 13,4% entre 1980 e 2010. Apesar disso, constata-se também que a partir de 2000 começa um movimento de recuperação do peso dos salários na renda nacional. Se entre 1980 e 2000 houve a queda de 20,4% na parcela salarial na renda nacional, observa-se aumento de 8,8% entre 2000 e 2010.

Gráfico 2
Índice de evolução da participação dos salários na renda nacional em países selecionados (1980 = 100)



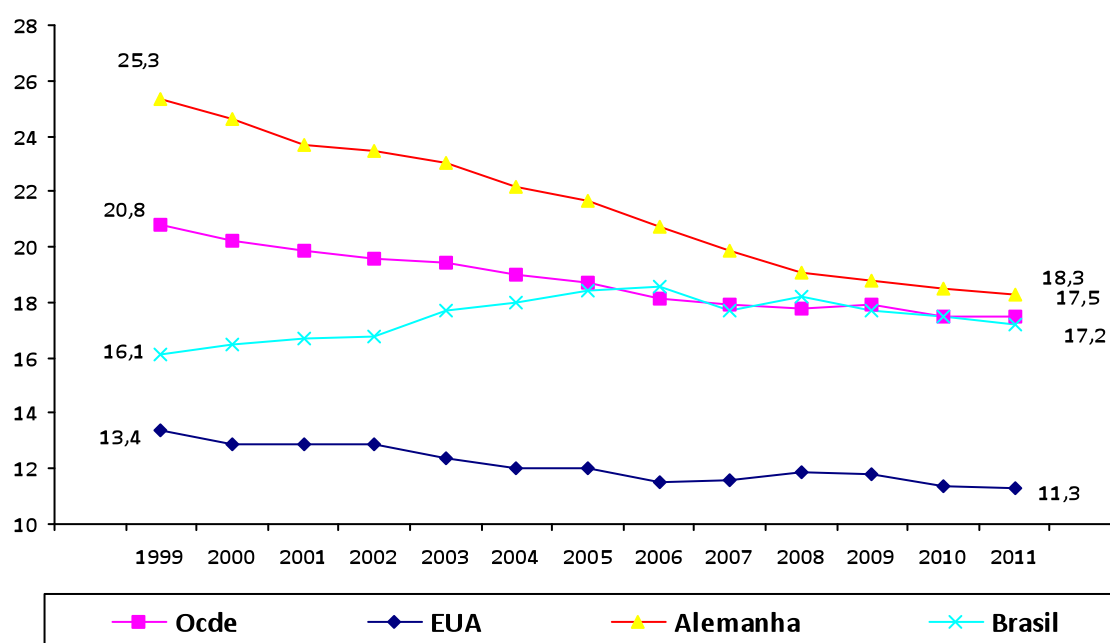
Fonte: OECD e FIBGE (Elaboração própria)

Diante do contexto geral de desemprego elevado e redução na participação dos salários na renda nacional, a presença dos sindicatos entre os trabalhadores sofreu modificação significativa. O principal aspecto relaciona-se a queda na taxa de sindicalização dos trabalhadores aos sindicatos.

Nos países da OCDE, a taxa de sindicalização caiu 15,9% entre 1999 e 2001, enquanto na Alemanha a redução foi de 27,7%. Nos Estados Unidos, a diminuição na afiliação sindical foi de 15,7% no mesmo período de tempo.

O Brasil, contudo, registra movimento distinto, pois apresentou trajetória de crescimento. Entre 1999 e 2009, a densidade sindical cresceu 6,8%.

Gráfico 3
Evolução da taxa de sindicalização em países selecionados (em % dos ocupados)



Fonte: OECD e FIBGE (Elaboração própria)

Em síntese, as relações de trabalho sofrem importante impacto neste início do século 21, quando o avanço da terceirização nas economias segue acompanhando da queda da parcela salarial, alto desemprego e enfraquecimento das taxas de sindicalização. Assim, cabe na sequência deste breve panorama das relações de trabalho no período recente, analisar o quadro geral das relações de trabalho no emprego terceirizado brasileiro, com ênfase no estado de São Paulo.

2. Dinâmica das relações de trabalho na terceirização

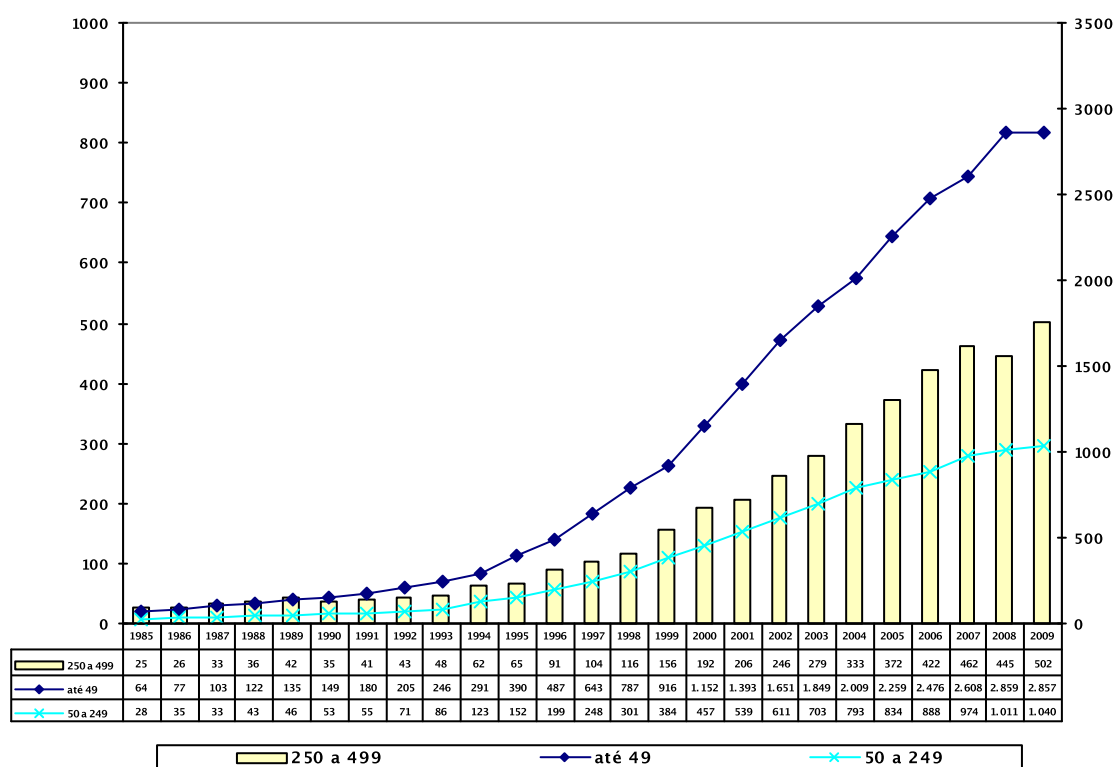
No que concerne às relações de trabalho no Brasil, podem ser identificados três distintos movimentos desde a retomada do regime democrático a partir da década de 1980. Até o final dos anos 1980, o primeiro movimento das relações de trabalho se caracterizou por forte tensionamento motivado pelos contextos político da redemocratização nacional e econômico de alta taxa de inflação e significativa oscilação na produção.

Na década de 1990, o segundo movimento das relações de trabalho se expressou por conta do predomínio das políticas neoliberais determinadas pela privatização, desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, e degradação das condições gerais de vida e trabalho. Diversas modalidades de contratação terminaram sendo implementadas, sem conseguir reverter o horizonte de expansão do desemprego e da geração de postos de trabalho precário.

O terceiro movimento nas relações de trabalho manifesta-se a partir de 2003, quando a retomada econômica seguiu acompanhada por forte geração de emprego e ampliação do salário mínimo. O resultado foi o aumento da participação dos salários na renda nacional.

As relações de trabalho, no caso dos trabalhadores contratados em empresas de terceirização, não seguiram os mesmos movimentos gerais observados no Brasil. Pelo contrário, o vigor do emprego de trabalhadores terceirizados se deu fundamentalmente nos anos 1990, com estruturação dos sindicatos, aumento dos filiados e realização dos primeiros acordos coletivos de trabalho com as empresas de terceirização.

Gráfico 4
São Paulo: evolução do tamanho dos estabelecimentos de terceirização segundo número de empregados



Fonte: MTE/RAIS (Elaboração própria)

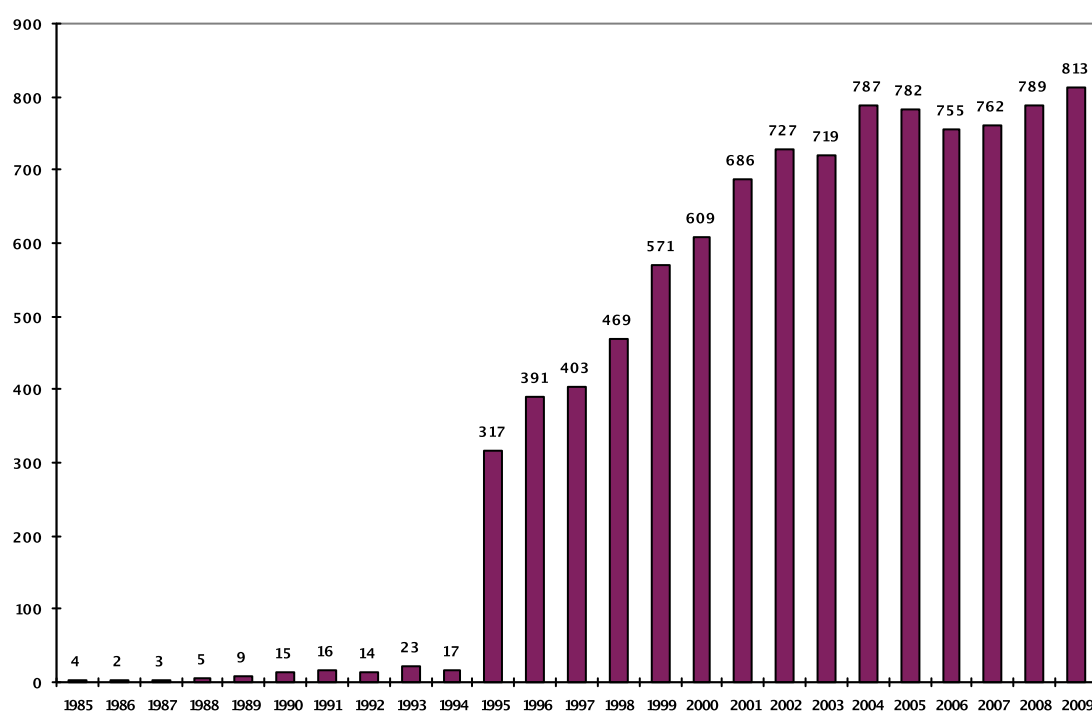
Apesar de tratar, em geral, de empregos de remuneração inferior ao dos trabalhadores não terceirizados, a expansão das ocupações possibilitou a formalização de ocupações à margem da legislação social e trabalhista. Isso pode ser observado, sobretudo pela expansão dos estabelecimentos terceirizados no estado de São Paulo com

a contratação de até 49 empregados formais. Neste segmento houve a multiplicação por 44,6 vezes na quantidade de empresas entre 1985 e 2010.

Resumidamente, o aumento das empresas terceirizadas com menor quantidade de empregados foi estimulado pela evolução dos estabelecimentos sem a presença de um empregado sequer. Isso com base na evolução do comportamento da taxa de inflação, uma vez que até 1994 a presença de empresas sem empregados era residual.

No ano de 1995 a quantidade de empresas com empregados formais terceirizados cresceu 18,6 vezes. No intervalo dos anos de 1995 e 2010, o aumento no número de empresas terceirizadas foi de 2,6 vezes superior.

Gráfico 5
São Paulo: evolução dos estabelecimentos de terceirização sem empregado



Fonte: MTE/RAIS (Elaboração própria)

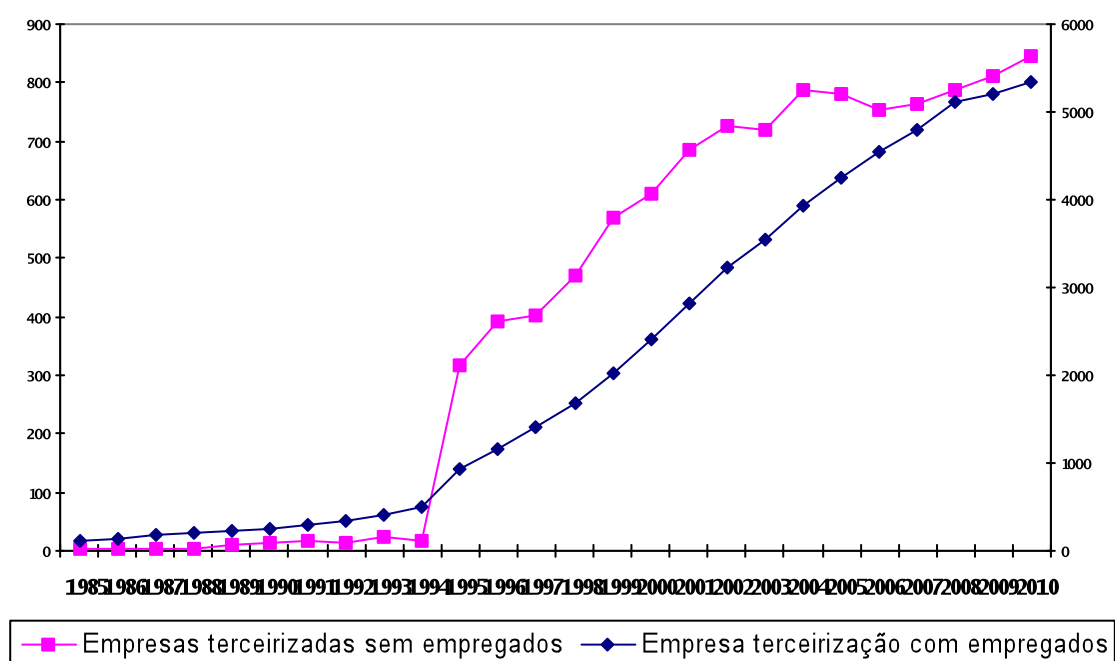
Destaca-se o crescimento dos estabelecimentos de terceirização sem a presença de empregado a partir de 1995. Ao final da década de 2000, as empresas de

terceirização voltaram a crescer um pouco mais rapidamente por força dos estabelecimentos que não possuíam empregados.

Em 1985, por exemplo, o estado de São Paulo registrou que, para cada grupo de 30 empresas de terceirização, havia um estabelecimento sem empregado formal. No ano de 2010, para cada grupo de 6 empresas havia um estabelecimento sem empregado formal.

A existência crescente de empresas sem empregados e com poucos empregados dificulta o avanço das relações de trabalho observado nos estabelecimentos de maior quantidade de trabalhadores. Não somente porque a presença do sindicato tende a ser maior, mas também a fiscalização do cumprimento da legislação social e trabalhista torna-se mais fácil.

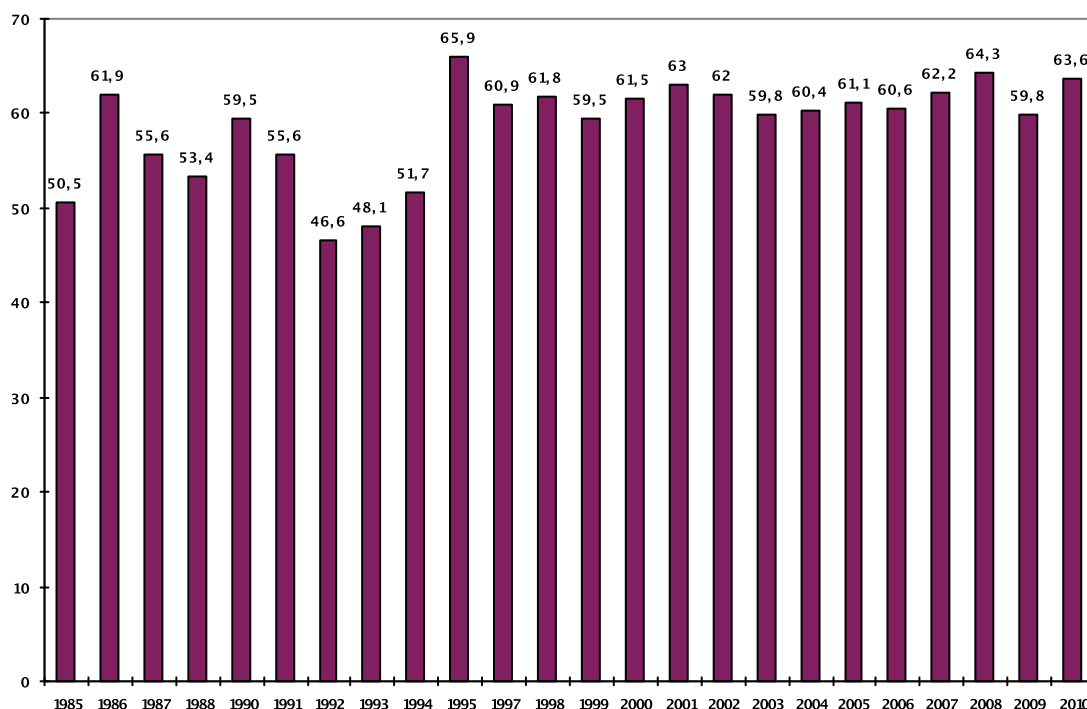
Gráfico 6
São Paulo: evolução dos estabelecimentos de terceirização sem empregado



Fonte: MTE/RAIS (Elaboração própria)

Além disso, há que se destacar também que o emprego de mão de obra pelas empresas de terceirização encontra-se submetido à forte rotatividade. No ano de 2010, por exemplo, a taxa de rotatividade da mão de obra terceirizada no estado de São Paulo foi de 63,6%, enquanto em 1985 era de 50,5%. Em outras palavras, as empresas terceirizadas tende a romper com o contrato de trabalho de praticamente todos os trabalhadores num período inferior a dois anos.

Gráfico 7
São Paulo: evolução da taxa de rotatividade dos empregados em estabelecimentos de terceirização



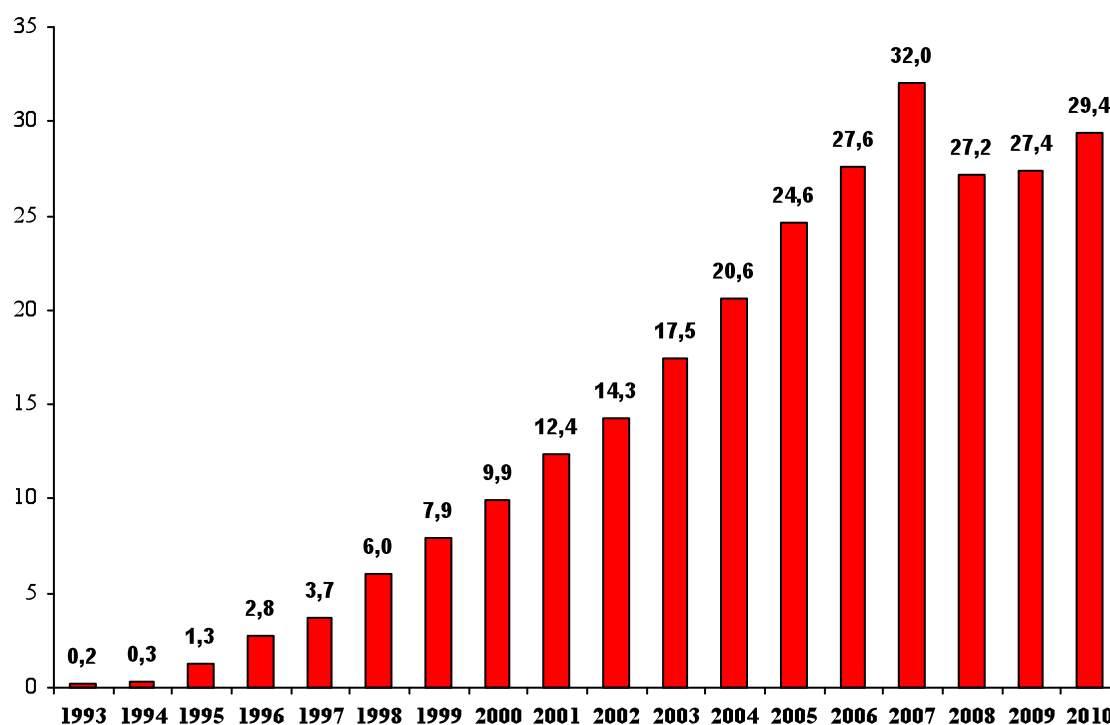
Fonte: MTE/RAIS (Elaboração própria)

Neste quadro de frequente mudança contratual, a possibilidade de haver relações de trabalho estáveis torna-se mais difícil. Ao mesmo tempo, a oportunidade de ação sindical articulada no local de trabalho torna-se mais complexa.

A despeito disso, a taxa de sindicalização dos trabalhadores terceirizados apresentou elevação importante. Entre 1993 e 2010, por exemplo, constata-se a elevação crescente na taxa de sindicalização.

No ano de 1993, o primeiro ano de funcionamento do sindicato de representação dos trabalhadores terceirizados no estado de São Paulo, a taxa de sindicalização era simbólica, com apenas 0,2% dos ocupados. Dez anos depois, a taxa de sindicalização alcançava quase 20% do total dos ocupados terceirizados. Em 2010, um a cada grupo de três trabalhadores terceirizados estava filiado ao sindicato laboral.

Gráfico 8
São Paulo: evolução da taxa de sindicalização dos empregados em empresas de
sindicalização (em %)



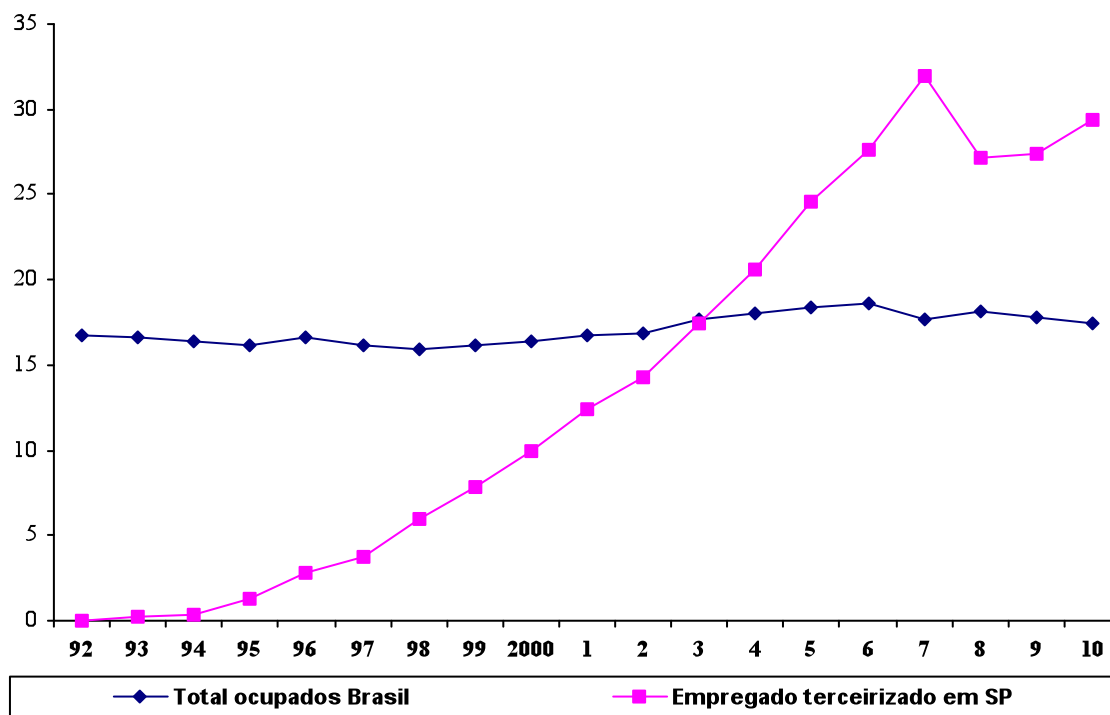
Fonte: SINDEEPRES (Elaboração própria)

Em comparação com a evolução da sindicalização nacional, percebe-se um avanço inegável para a presença do sindicato no âmbito dos trabalhadores terceirizados,

especialmente no caso de São Paulo. De acordo com o Gráfico 9, a taxa nacional de sindicalização manteve-se praticamente inalterada entre 1992 e 2010.

Não obstante a elevação do nível geral de ocupados no Brasil, a densidade sindical permaneceu relativamente estável, abaixo de 1/5 do total dos trabalhadores urbanos e rurais. Esse contraste em relação ao comportamento da afiliação sindical na terceirização revela que o fenômeno mais geral da terceirização da economia, com a explosão dos postos de trabalho no setor de serviços, não vem sendo bem compreendida pelos sindicatos tradicionalmente associados à matriz do novo sindicalismo.

Gráfico 9
Evolução da taxa de sindicalização dos ocupados no Brasil e em empresas de
sindicalização em São Paulo (em %)



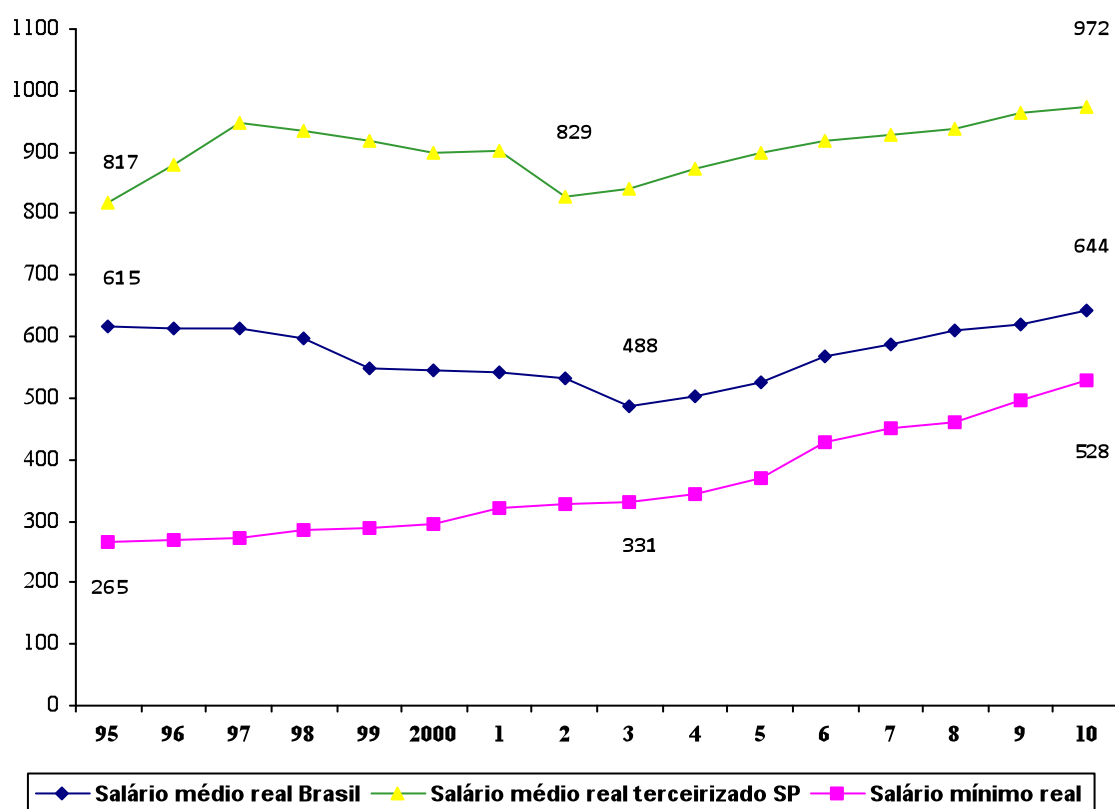
Fonte: IBGE/PNAD e SINDEEPRES (Elaboração própria)

Em relação ao comportamento das negociações coletivas de trabalho, percebe-se também o melhor desempenho do sindicato dos trabalhadores terceirizados,

especialmente em sua capacidade de elevação do salário médio real. Entre 1995 e 2010, por exemplo, o salário médio real dos trabalhadores terceirizados no estado de São Paulo cresceu continuamente, com o acumulado de 19%. Em média, correspondeu ao aumento médio de 1,2% ao ano.

No caso do salário médio real dos ocupados em todo o Brasil, a variação acumulada entre 1995 e 2010 foi de apenas 4,7%, equivalendo ao aumento médio anual de 0,3%. Entre 1995 e 2003 houve queda de 20,6%, para aumentar 32% entre 2003 e 2010.

Gráfico 10
Evolução real do salário mínimo nacional, do salário médio dos ocupados brasileiros e dos empregados em empresas de terceirização em São Paulo (R\$)



Fonte: IBGE, SINDEEPRES e IPEA (Elaboração própria)

Por fim, percebe-se que a importância da elevação do salário mínimo real. Para o mesmo período de 1995 e 2010, o poder aquisitivo do salário mínimo aumentou 99,2%. Em média, o aumento anual do salário mínimo foi de 4,7%.

14. Considerações finais

A terceirização da mão de obra ganhou importante impulso desde a década de 1990 no Brasil, embora desde os anos 1980 já era possível identificar em algumas grandes empresas estrangeiras a sua presença nas relações de trabalho. A realidade do processo de subcontratação nem sempre conta com entendimento homogêneo por parte das autoridades governamentais, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público, do Poder Legislativo, dos meios de comunicação, empresários e trabalhadores.

A dissintonia no entendimento gera instabilidade no exercício da atividade empresarial e enorme rotatividade no uso da mão de obra. A escassa regulação pública, por outro lado, coloca ao sindicato tarefa hercúlea de buscar melhorar as condições de trabalho, nem sempre satisfatórias.

Não obstante este contexto, o sindicalismo nas atividades de terceirização apresenta saldo positivo na agregação de forças entre os trabalhadores, especialmente pela elevação na taxa de sindicalização. O resultado em âmbito das negociações coletivas se apresenta importante, com a elevação do salário médio real bem acima da inflação.

O horizonte de transformação do mundo do trabalho, sobretudo com o avanço da terceirização das atividades econômicas e do predomínio do trabalho imaterial, torna ainda mais necessária a ampliação das investigações a respeito das relações de trabalho. Esse foi o objetivo do presente estudo, oferecer novos elementos a respeito das relações do trabalho terceirizado.

